

1 Ata da 2ª reunião ordinária do **Fórum Permanente de Apoio a Ação**
2 **Docente de Pernambuco** realizada no dia 22 de fevereiro de 2010.
3
4
5

6 Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de fevereiro de 2010 (dois mil e dez), na Sala de Conselhos da
7 Reitoria da Universidade de Pernambuco-UPE, realizou-se a segunda reunião ordinária do Fórum
8 Permanente de Apoio a Formação Docente de Pernambuco. Estiveram presentes: João Carlos
9 Teatini, representante da CAPES, Educação Básica Presencial; Tatiane Michelon, representante da
10 CAPES – Educação a Distância; Maria Luiza Aléssio, representante do MEC; Aida Monteiro, Zélia
11 Granja Porto, representando a Secretaria de Educação de Pernambuco; Maria do Socorro Ferreira
12 Maia, Emanuella Aleixo de Barros, representando a UNDIME; Maria Ieda Nogueira, representando
13 a UNCME; Fátima Leite Cruz, Lúcia Helena Franca, Betânia Maria Lins representando a UFPE
14 Educação Presencial, Simone Lopes Lafayette, representando a UFPE Educação a Distância; Izabel
15 Avelar, Maria do Carmo Melo, Maria Auxiliadora Campos, Shirley Cristina Lacerda Malta,
16 representando a UPE – Educação Presencial; Renato Moraes, representando a UPE Educação a
17 Distância Marizete Silva Santos, Juliana Diniz, representando a UFRPE Educação a Distância;
18 Maria Núbia Medeiros de Araújo Frutuoso, Anália Keila Rodrigues Ribeiro representando o IFPE
19 Educação Presencial, Graças Nery, representando o IFPE Educação a Distância; João Sedraz,
20 Marcelo Ribeiro representando a UNIVASF; Glória Coeli, João Soriano, representando a Secretaria
21 de Educação de Pernambuco. Justificaram o não comparecimento à reunião Heleno Araújo e Maria
22 Antonieta Trindade, representando o SINTEPE. A reunião teve início às 14h (quatorze) horas,
23 Professora Aída Monteiro abre o fórum dando boas vindas aos presentes e convidando a Professora
24 Zélia Porto para dar início aos temas abordados conforme a pauta da reunião. A Professora Zélia
25 Porto solicita aos presentes que relatem e analisem a efetivação das matrículas dos professores
26 cursistas e inscritos na Plataforma Freire, nas Universidades. A Professora Isabel Avelar, da UPE,
27 expressa a preocupação quanto a formação das turmas, no que se refere ao quantitativo de vagas x
28 número de professores pré inscritos e as validações efetuadas pelas secretarias estadual e municipais
29 de educação. A Professora relata que a universidade sofre pressões externas e internas, e não tem
30 poder de deliberação. Portanto, diante dos fatos, levantava as seguintes questões: que sejam
31 levantadas informações a respeito do quantitativo de professores em regime de contratação
32 temporária e com inscrições validadas por meio da Plataforma Freire; solicita a validação dos
33 professores com contrato temporário para participar dos cursos, lembrando que as Secretarias
34 Municipais cobram diretamente a Universidade. Prof. Teatini, representante da CAPES argumenta
35 que a preferência deve ser do professor efetivo, mas havendo disponibilidade de vagas o professor
36 em regime de contratação temporária deva ser aceito, embora não concorra a vaga com o professor
37 efetivo. A Professora Zélia Porto lembra que o Plano Nacional PAR FOR foi criado para possibilitar
38 a formação, em serviço, de professores efetivos que atuam na educação básica e não para os
39 contratados em regime de contratação temporária. E que nas discussões anteriores ficou
40 determinado que em Pernambuco procederíamos assim: professores com contrato temporário
41 podem participar dos cursos de pequena duração como os cursos de extensão, mas não de cursos de
42 Graduação, já que estariam isentos de vestibular. Professor Teatini relata a experiência com a
43 Secretaria de Educação da Paraíba que consultou formalmente a Procuradoria Geral da CAPES, a
44 qual emitiu uma nota técnica que favor a participação dos professores em contratação temporária.
45 No entanto, mesmo o Fórum tendo o poder de deliberação, convém ressaltar os benefícios
46 alcançados com a formação do professor temporário. A Professora Maria Luiza enfatiza que diante
47 de todas adversidades apresentadas, faz-se necessária uma relação cuidadosa e estreita com a
48 Universidade, para que todo processo seja acompanhado e avaliado, levando-se em consideração a
49 proposta do Plano, que trata da formação dos professores em serviço e a isenção do vestibular. A
50 Professora Zélia Porto se reporta às discussões para a execução do Plano Nacional de Formação de
51 Profissionais do Magistério lembrando seu principal objetivo. E pede atenção especial a questões

52 específicas que deveriam ser abordadas no Fórum: O caso dos professores da educação indígena que
53 se encontram em regime temporário há mais de 10 anos;

54 Os professores da Educação Infantil que não possuem Ensino Médio, atualmente mais de 680
55 professores municipais; Os professores que atuam em Formação Pedagógica sem que tenham
56 formação em Educação Física; Professores que atuam na Educação no Campo há mais de 4 anos
57 como professores temporários e sem formação, já que nas suas áreas não existem universidades.

58 A professora Zélia solicita atenção especial para os casos, lembrando que esses professores já são
59 efetivos pelas circunstâncias, havendo, portanto, a necessidade de um olhar diferenciado para estes.

60 A professora Aída Monteiro se diz contemplada com as falas, mas acha que as vagas não podem
61 ficar ociosas e que deve-se ter um olhar diferenciado de maneira a atender as especificidades,
62 oportunizando os que não têm acesso. No entanto, não se pode inserir as pessoas na Universidade de
63 qualquer forma. Temos que focar nos critérios que devemos focar com o objetivo de solucionar as
64 questões específicas. Juliana Diniz da UFRPE, cita que dos 23 (vinte e três) professores inscritos em
65 determinado curso, apenas 10 (dez) foram validados. Acha pertinente saber o motivo, já que esses
66 professores são municipais. A Professora Isabel da UPE, relata a situação de 11 professores de
67 matemática que não tiveram suas pre inscrições validadas. Solicita maior flexibilidade da
68 Plataforma para que casos como estes sejam revistos e que haja possibilidade de se validar as
69 inscrições. O Professor Triatini relata a experiência do Estado de São Paulo: A SE não fez o acordo
70 de participação e a articulação foi feita com a UNDIME. Conseqüentemente, as Universidades
71 Públicas não participaram do processo. Por determinação do Ministro a articulação se deu com as
72 Universidades Comunitárias: PUC -SP, PUC – Campinas, que através da UNDIME articulam com
73 as Secretarias de Educação e as inscrições são feitas fora da Plataforma Freire, para que sejam
74 validadas no Fórum. Não houve pré-inscrição. Assim podemos solucionar alguns casos aqui
75 abordados. A professora Aída Monteiro, orienta que nos casos semelhantes se faça uma lista de
76 inscrições, encaminhe a Secretaria de Educação que posteriormente encaminhará a CAPES. A
77 professora Maria Luiza comenta a atitude do Ministro em relação a São Paulo, mostrando a
78 mobilização da UNDIME junto aos municípios e solicitando que busquemos uma maior
79 aproximação com a UNDIME Estadual para que possamos conseguir uma discussão maior sobre a
80 valorização e qualificação do professor. Lembra que nas discussões do PDE Escola, as escolas
81 poderiam ser orientadas para inserir custos com a formação dos professores, uma vez que há
82 possibilidades e muitos não conhecem. Mesmo assim já existe uma grande mobilização entre os
83 municípios, o que se pode constatar nos dados: 170 Secretarias Municipais acessaram a Plataforma
84 Freire; 131 Secretarias Municipais iniciaram os cursos; 8.960 Escolas Municipais se inscreveram;
85 779 Escolas Municipais foram autorizadas. A Professora Zélia Porto dar continuidade
86 apresentando os 14 Polos da UAB, citados no Fórum do dia 18 e agora implantados. O Professor
87 Renato solicita oportunizar a criação de câmaras para discussão de questões específicas como o caso
88 da Educação a Distância. Professora Zélia retoma a discussão e lembra que o Plano de Formação
89 não se restringe ao PAR ou a UAB antes e depois. Lembra que deve-se colocar na Pauta a discussão
90 de Educação a Distância e outros pontos e voltar ao papel do Fórum, que atualmente tem se
91 dedicado a administração da Plataforma Freire e tem se afastado da discussão pedagógica do Fórum.
92 Propõe encaminhar uma pauta, onde um grupo se responsabiliza a fazer uma minuta de Regimento e
93 organizar câmaras temáticas: desenho pedagógico dos cursos; ingressos nas universidades; concepção
94 de formação. Em seguida sugere as datas para as reuniões maiores e lembra que estamos num
95 processo de transição que ainda precisamos amadurecer. Professor João Sedraz, da UNIVASF se
96 propõe a trabalhar com o Regimento já que traz a experiência desenvolvida no Estado Bahia. Ele
97 também quer saber sobre os coordenadores dos Polos. A Professora Zélia Porto sugere abrir um
98 Fórum para as discussões temáticas a exemplo do desenho pedagógico dos cursos;
99 acompanhamento e avaliação dos cursos, demandas e necessidades de formação inicial e
100 continuada. Professora Aída pede que as Universidades que trabalham com educação a distância
101 fiquem um pouco mais para tratar algumas questões com o professor Tatiani e solicita que se
102 proponha uma forma de discussão e retorno rápido sobre a questão dos contratos temporários. A

103professora Ieda Nogueira propõe uma troca de opiniões por e-mail, chegando-se a um consenso o
104prazo até o dia 15(quinze) de abril e todos acatam a decisão e a Professora Aída Monteiro encerra o
105Fórum agradecendo a participação efetiva e qualitativa de todos os presentes. Nada mais havendo a
106tratar foi encerrada a reunião e para constar lavrei a presente ata que vai assinada por mim e por
107todos os presentes. Recife, aos 22 de fevereiro de 2010. Glória Coeli, Secretaria de Educação,
108secretária *ad hoc* lavrei a presente ata que será por mim assinada e pelos demais presentes.